

A Abrafarma e a Transformação da Farmácia

A importância da Farmácia no Brasil

Acesso à Unidades Básicas de Saúde - UBS

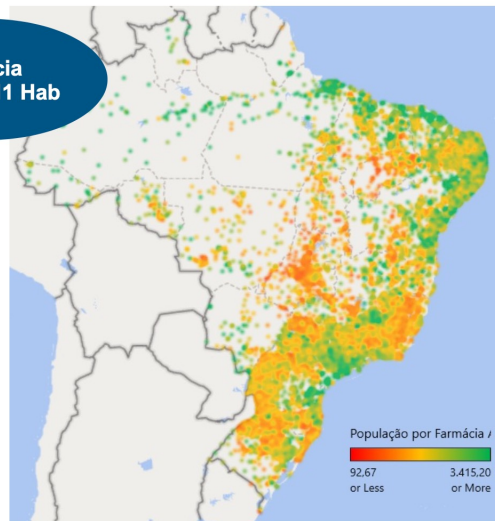
1 UBS /
5.388 Hab



- 76 municípios não possuem UBS
- Alta dispersão de acesso.

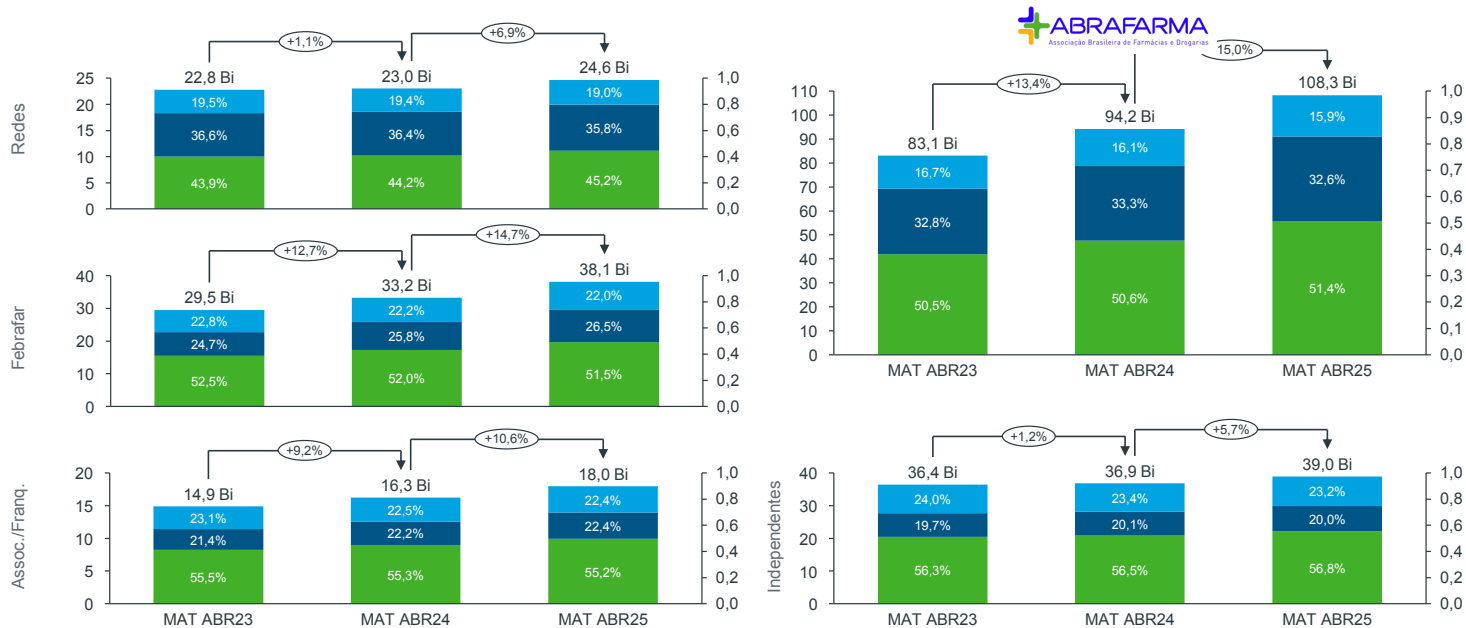
1 Farmácia
para 2.211 Hab

*2,4x mais
farmácias do
que postos de
atendimento
por cidadão*



- 48 municípios não possuem Farmácias
- Menor dispersão, há sempre uma farmácia perto

Medicamentos são 67,4% do total

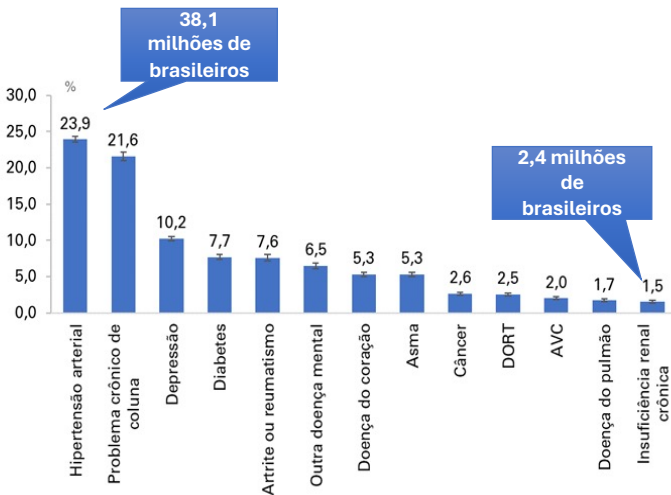


Doenças crônicas

As doenças crônicas não transmissíveis são o grande desafio atual dos sistemas de saúde

52%

dos brasileiros adultos afirma ter pelo menos uma doença crônica



Abandono: um problema

DOENÇAS CRÔNICAS • DIABETES

Não adesão a tratamentos aumenta internações evitáveis e sobrecarrega orçamentos, diz federação

No Brasil, em média, 50% dos pacientes não seguem as terapias recomendadas

F DÊ UM CONTEÚDO

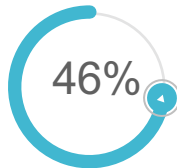


27.mar.2025 às 17h41

FOLHA DE S.PAULO



Dos pacientes com hipertensão diagnosticada



afrimam que não realizam o tratamento prescrito

...e a automedicação tem seu impacto

Superlotação e demora levam população a não buscar atendimento médico, mostra levantamento

Dados são da primeira etapa do projeto Mais Dados Mais Saúde, realizado pela Umane e Vital Strategies em parceria com a Universidade Federal de Pelotas

F DÊ UM CONTEÚDO



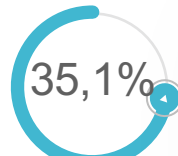
FOLHA DE S.PAULO



25.abr.2025 às 9h00

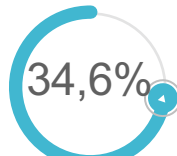
Giulia Peruzzo

Dos que não buscaram
tratamento...



afirmaram ser devido
à AUTOMEDICAÇÃO

Dos que não buscaram
tratamento...



tinham a CRENÇA de que
a doença não era grave

Levando a internações evitáveis

PROJETO SAÚDE PÚBLICA

FOLHA DE S.PAULO
★ ★ ★

A cada 3 minutos, uma pessoa é internada no Brasil por falhas na saúde primária, diz levantamento

Em 2024, foram 1,6 milhão de internações no SUS por consequência de doenças já instaladas e até já diagnosticadas

F DÊ UM CONTEÚDO



19.mai.2025 às 13h30

Atualizado: 19.mai.2025 às 21h45

Internações
evitáveis

1,6 Mi

11% das 14 milhões de
internações/ano

Mais velhos são
mais afetados

830
mil

Internados tinham
acima de 55 anos

A ressignificação da Farmácia no Brasil



Revisão das regulamentações (RDC 44 e 50).
Revisão do catálogo de serviços, fixação da Farmácia como importante elemento auxiliar no Sistema de saúde

Farmácia: um HUB de resolutividade

A REVOLUÇÃO ALÉM DA PÍLULA EM TRÊS ÁREAS



Identificando **riscos**, com o **uso de Testes Laboratoriais Rápidos**, alertando ao usuário que busque atendimento médico



Atuando na **prevenção**, através da **imunização** de crianças e adultos



Aumentando a adesão ao tratamento através do **monitoramento** e **aconselhamento**

Cuidar da jornada



Ao tirar dúvidas e atuar no abandono do tratamento, a Farmácia e o Farmacêutico podem mudar a

JORNADA DO PACIENTE, TORNANDO-A MAIS FELIZ

Salas clínicas consolidam-se como hubs de atenção primária

Os serviços clínicos nas redes associadas à **Abrafarma** firmaram-se como estratégias essenciais para ampliar o acesso e aumentar os índices de adesão ao tratamento. As mais de 8,8 mil salas de assistência farmacêutica, presentes em 100% das unidades da Federação, tornaram-se centros de triagem de diagnósticos e portas de entrada obrigatórias para o sistema de atenção primária.

Só no primeiro semestre de 2024, as farmácias brasileiras superaram a marca de 7,3 milhões de serviços clínicos realizados, segundo levantamento da Clinicarx. O número é praticamente igual ao de todo o ano anterior. Com sua capilaridade, o setor consegue impactar, inclu-



Divulgação Farmácias Pague Menos

Volume de atendimentos nos seis primeiros meses de 2024 superaram fluxo de todo o ano anterior

sive, pessoas residentes em municípios onde não há unidades básicas de saúde próximas. ■



Nome do programa: Serviços Farmacêuticos
Número de salas clínicas: 35
Estado atendido: RJ
Principais serviços clínicos: vacinação, avaliação Corporal, aplicação de injetáveis e colocação de brincos
Principais testes rápidos: Beta HcG, dengue, hemoglobina glicada, glicemia, perfil lipídico e PSA
Coordenador farmacêutico: Maurício Matos - (21) 98011-6543 e mauriciomatos@anossadrogaria.com.br



Nome do programa: Drogão Super
Número de salas clínicas: 21
Estados atendidos: MG e SP
Principais serviços clínicos: aferição de pressão e aplicação de injetáveis e medição de glicemia
Principal teste rápido: glicemia
Coordenadora farmacêutica: Flavielly Bittencourt Bergamasco - flavielly@drogaosuper.com.br



Nome do programa: Globo + Saúde
Número de salas clínicas: 119
Estados atendidos: BA, MA, PA, PI e RN
Principais serviços clínicos: aplicação de injetáveis, teste de glicemia, colocação de brincos, aferição de pressão arterial, oximetria, bioimpedância, exames rápidos e vacinas
Principais testes rápidos: Beta HcG, dengue, Covid, glicemia, hemoglobina glicada, influenza e perfil lipídico
Coordenador farmacêutico: Luiz Junior - (86) 99822-0550 e luizjunior@drogariaglobo.com.br



Nome do programa: Espaço Mais Saúde
Número de salas clínicas: 43
Estado atendido: MG
Principais serviços clínicos: exames rápidos, vacinas, aferição de pressão, perfuração de lóbulo, aplicação de injetáveis, bioimpedância, consulta farmacêutica, teleinterconsulta
Principais testes rápidos: Beta HcG, glicemia, hemoglobina glicada e perfil lipídico
Coordenadora farmacêutica: Letícia Nogueira - (38) 99815-4759 e leticia@drogariasminasbrasil.com.br



Nome do programa: Espaço Saúde
Número de salas clínicas: 27
Estados atendidos: RJ e SP
Principais serviços clínicos: vacinação, aplicação de injetáveis, testes rápidos, bioimpedância, perfuração de lóbulo, teste de glicemia, aferição de PA, curativos
Principais testes rápidos: Covid e H1N1
Coordenadora farmacêutica: Milena Oliveira - milena@grupooosf.com.br



Nome do programa: Clinicarx
Número de salas clínicas: 7
Estados atendidos: ES e RJ
Principais serviços clínicos: aferição de pressão arterial, medição de glicose, aplicação de brincos, aplicação de injetáveis e vacinas
Principais testes rápidos: Beta HcG, colesterol, Covid, glicemia e hemoglobina glicada
Coordenador farmacêutico: Yuri Fernandes Pereira Rosa - (27) 99246-1280 e yuri.fernandes@santaluciadrogarias.com.br



Nome do programa: Espaço Saúde em Dia



Nome do programa: Programa + Saúde
Número de salas clínicas: 128





MIP no supermercado? A saúde diz NÃO!



Humberto Costa alerta para riscos de medicamentos em supermercados



Da Agência Senado | 24/03/2025, 15h32



Jefferson Rudy/Agência Senado

O senador Humberto Costa (PT-PE) alertou, em pronunciamento nesta segunda-feira (24), para os riscos à saúde pública com a possível aprovação dos projetos de lei ([PL 1.774/2019](#)) e ([PL 2.158/2023](#)), que tramitam no Congresso Nacional. As propostas autorizam a venda de medicamentos isentos de prescrição médica fora das farmácias, como em supermercados e outros estabelecimentos comerciais. O parlamentar, que é médico e ex-ministro da Saúde, afirmou que o Brasil já conta com cerca de 93 mil

Nota Ministério da Saúde

≡ Ministério da Saúde

O que você procura?



> [Canais de Atendimento](#) > [Sala de Imprensa](#) > [Notas à imprensa](#) > [2024](#) > [Sobre venda de medicamentos em supermercados](#)

NOTA À IMPRENSA

Sobre venda de medicamentos em supermercados

Ministério da Saúde se posiciona contra o Projeto de Lei que autoriza a venda de medicamentos em supermercados

Publicado em 20/12/2024 18h26

Compartilhe: [f](#) [in](#) [whatsapp](#) [link](#)

Ministério da Saúde se posiciona contrário ao Projeto de Lei 1774/2019, que propõe a venda de medicamentos em supermercados. A medida compromete o alcance do eixo estratégico XIII da Política Nacional de Assistência Farmacêutica, que prevê a promoção do uso racional de medicamentos, por intermédio de ações que orientem a prescrição, a dispensação e o consumo.

REFERÊNCIA COMPLETA:

BRASIL. Ministério da Saúde. Sobre venda de medicamentos em supermercados. Disponível em:

<https://www.gov.br/saude/pt-br/canais-de-atendimento/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2024/sobre-venda-de-medicamentos-em-supermercados>

Ir para a página

Nota Conselho Nacional de Saúde



RECOMENDAÇÃO Nº 043, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024.

Recomenda a rejeição de qualquer proposta legislativa que disponha sobre a venda de medicamentos em supermercados.

O Pleno do Conselho Nacional de Saúde (CNS), em sua Trecentésima Sexagésima Primeira Reunião Ordinária, realizada nos dias 18 e 19 de dezembro de 2024, e no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990; pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012; pelo Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006, e cumprindo as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da legislação brasileira correlata; e

Considerando que a Constituição Federal do Brasil, em seu Art. 198, prevê que "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação";

Considerando que no inciso III do Art. 198, determina a participação social como componente das diretrizes que garantem que "as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e

REFERÊNCIA COMPLETA:

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. CNS recomenda rejeição à proposta legislativa que libera venda de medicamentos em supermercados. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/assuntos/noticias/cns-recomenda-rejeicao-a-proposta-legislativa-que-libera-venda-de-medicamentos-em-supermercados>.

Nota Conjunta Conass/Conasems



Nota Conjunta Conass/Conasems - Manifestação contra o PL n. 1774/2019 e PL n. 2158/2023: Venda de Medicamentos em Supermercados

O acesso a medicamentos é um direito fundamental da população e deve ser garantido de forma segura, ética e responsável. Esse direito inclui a informação técnica e oportuna, fornecida por profissionais habilitados, para garantir o uso adequado dos medicamentos.

A proposta de venda de medicamentos em supermercados representa um grave retrocesso na política de saúde pública e na segurança da população, em especial das crianças e adolescentes. Essa prática facilita a automedicação, promove o consumo de medicamentos sem orientação profissional e compromete o uso racional de medicamentos, colocando em risco a saúde, além de gerar intoxicações e complicações.

O Conass e o Conasems reforçam sua posição contrária aos PL n. 1774/2019 e PL n. 2158/2023, e manifestam sua oposição à venda de medicamentos em supermercados. Acreditamos que a saúde pública deve ser tratada com a seriedade e o cuidado que merece, e que a população brasileira necessita de políticas que ampliem o acesso responsável e orientado aos medicamentos, e não de medidas que favoreçam a comercialização descontrolada e potencializem riscos à saúde da população.

Nota de Repúdio emitida pela Sociedade Brasileira de Toxicologia (SBTOX)



Nota de Repúdio à proposta de autorização para a venda de medicamentos em supermercados



A Sociedade Brasileira de Toxicologia (SBTOX), em nome de seus associados e em defesa da saúde pública, manifesta-se veementemente contrária à proposta de autorização para a venda de medicamentos em supermercados, conforme discutido recentemente pelo Governo Federal.

A possibilidade de permitir a comercialização de medicamentos fora de estabelecimentos farmacêuticos regulamentados representa um grave retrocesso para o sistema de saúde brasileiro, comprometendo a segurança no uso de medicamentos, a assistência farmacêutica e a proteção da população contra riscos relacionados ao uso inadequado.

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)



Divisão de Relações Institucionais

Nota Técnica

PL 1774/2019 – Autoriza os supermercados e estabelecimentos similares a dispensarem medicamentos isentos de prescrição.

Objetivo da proposição

O **Projeto de Lei 1774/2019**, de autoria do deputado Glaustín Fokus (PSC/GO), visa acrescentar o §2º ao art. 6º da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, para autorizar os supermercados e estabelecimentos similares a dispensarem medicamentos isentos de prescrição.

Posição da CNC: DIVERGENTE

Fundamentos:

Sob o ponto de vista jurídico, o tema de comercialização de medicamentos, ainda que os isentos de prescrição, deve ser analisado diante do princípio constitucional da razoabilidade, que nada mais é do que a plena adequação entre os objetivos desejados pelo legislador e os meios por ele eleitos para alcançá-los.

Com a devida vênia, os fatos não corroboram tal premissa. Isto porque o comércio farmacêutico brasileiro é notoriamente conhecido por sua ampla capilaridade, somando mais de 87.000 (oitenta e sete mil) estabelecimentos em todas as regiões do País, segundo dados de 2018 disponibilizados pelo Conselho Nacional de Farmácia (CNF).

“O consumo de medicamentos, ainda que não estejam condicionados à prescrição médica, não afasta os males causados pelo excesso de consumo, ou o uso equivocado deste tipo de produto, que disponibilizado em um sistema de autosserviço, como é o caso dos supermercados e similares, sem a assistência de um profissional treinado para assistência farmacêutica, induz o consumo por impulso, aumentando a automedicação, prática amplamente condenada pela classe médica em razão dos inquestionáveis malefícios que causa à saúde das pessoas.”

Girar o documento para a

MUITO OBRIGADO!

@sergiomenabarreto

